

## **O ACESSO AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE AGRICULTORES (AS) FAMILIARES ATENDIDOS PELO PROJETO PAULO FREIRE NO TERRITÓRIO DO CARIRI OESTE-CE**

**André Luiz Teles Aguiar<sup>1</sup>**  
**Luan Paulo Lima Silva<sup>2</sup>**  
**Jaiane da Silva Barbosa Evangelista<sup>3</sup>**  
**Ailton Cezar Alves da Silva<sup>4</sup>**  
**Francisco Ramon da Cunha Alcantara<sup>5</sup>**  
**Paulo Jose de Moraes Máximo<sup>6</sup>**  
**Antônia Julliana Sarafim Bezerra<sup>7</sup>**

**RESUMO:** O objetivo deste trabalho é analisar o acesso às políticas públicas no âmbito do Projeto Paulo Freire, com público alvo de mulheres, homens e jovens rurais, no território do Cariri Oeste, que é composto por 10 municípios e fica localizado no sul do Estado do Ceará, no Nordeste brasileiro. A pesquisa consiste em uma coleta de dados de 1.249 agricultores e agricultoras familiares atendidos pelo Instituto Flor do Piqui – IFP (uma das entidades executoras do projeto). Do público total, 29% são jovens, 57% são mulheres e 43% são homens. As políticas públicas mais acessadas foram a cisterna de primeira água (55,08%), Programa Hora de Plantar (46,52%) e Garantia Safra (40,59%). Os programas Crediamigo e Agroamigo foram acessados por 20,74% e 18,57% dos entrevistados, respectivamente, e isso pode ser explicado pelas condições de pobreza e extrema pobreza que podem limitar o acesso dessas políticas pela geração de endividamento a longo prazo. A maior acessibilidade as políticas de Cisterna de primeira água, Programa Hora de Plantar e Garantia Safra estão intimamente relacionadas a convivência com as condições climáticas do território do Cariri Oeste. O cenário estudado mostrou que as mulheres entrevistadas acessam mais políticas do que os homens. As mulheres jovens e adultas atendidas pelo Projeto Paulo Freire foram protagonistas no acesso às políticas públicas, quebrando tabus sociais de inferiorização da participatividade da mulher do campo no desenvolvimento de atividades agrícolas.

**ABSTRACT:** The objective of this work is to analyze access to public policies within the scope of the Paulo Freire Project, with a target audience of women, men and rural youth, in the territory of Cariri Oeste, which is composed of 10 municipalities and is located in the

---

<sup>1</sup> André Luiz Teles Aguiar; Técnico Administrativo do Instituto Flor do Piqui; andreraiuga@gmail.com.

<sup>2</sup> Luan Paulo Lima Silva; Técnico Administrativo do Instituto Flor do Piqui; luanpaulo.geo@gmail.com.

<sup>3</sup> Jaiane da Silva Barbosa Evangelista; Assessora técnica do Instituto Flor do Piqui; jaianesbe@gmail.com.

<sup>4</sup> Ailton Cezar Alves da Silva, Técnico Administrativo do Instituto Flor do Piqui, ailton.cezar@gmail.com.

<sup>5</sup> Francisco Ramon da Cunha Alcantara; Técnico de campo do Instituto Flor do Piqui; ramon.cagrocola@gmail.com.

<sup>6</sup> Paulo Jose de Moraes Máximo, Coordenador técnico do Instituto Flor do Piqui, moraesmaximojdn@hotmail.com.

<sup>7</sup> Antônia Julliana Sarafim Bezerra; Coordenadora técnica do Instituto Flor do Flor do Piqui; jullianabz@gmail.com.

south of the state of Ceará, in the Northeast of Brazil. The research consists of a data collection of 1,249 farmers and family farmers served by the Flor do Piqui Institute - IFP (one of the project's implementing entities). Of the total public, 29% are young, 57% are women and 43% are men. The most accessed public policies were the first water cistern (55.08%), Programa Hora de Plantar (46.52%) and Garantia Safra (40.59%). The Crediamigo and Agroamigo programs were accessed by 20.74% and 18.57% of respondents, respectively, and this can be explained by the conditions of poverty and extreme poverty that can limit access to these policies by generating long-term debt. Greater accessibility to the policies of the first water cistern, Programa Hora de Plantar and Garantia Safra are closely related to living with the climatic conditions of the territory of Cariri Oeste. The studied scenario showed that the women interviewed access more policies than men. The young and adult women served by the Paulo Freire Project were the protagonists in accessing public policies, breaking social taboos of undermining the participation of rural women in the development of agricultural activities.

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar está presente em todas as regiões do país, e diversos estudos na comunidade acadêmica mostraram que ela vem se destacando, principalmente, pelo potencial desenvolvimento dos capitais financeiro, produtivo, cultural, social e humano.

É uma forma social de produção que ganhou espaço no debate social e político nos anos 1990, por suas contribuições materiais e imateriais (DELGADO, 2017). Surgiu sob a perspectiva de que o meio rural brasileiro abriga inúmeras formas de organização social baseadas na produção familiar e tem forte influência na movimentação das economias locais (SILVA *et al.*, 2014).

Segundo Schneider e Cassol (2014), o Brasil, vem conhecendo avanços no que diz respeito a definição mais precisa de agricultura familiar e ampliando sua compreensão sobre as características desse grupo social. O reconhecimento da diversidade econômica e da heterogeneidade social desse grupo, foi o maior dentre os avanços, já que é formado por pequenos proprietários de terra que sobrevivem usando a força de trabalho dos membros de suas famílias, produzindo para o autoconsumo, garantindo a soberania alimentar, vivendo em pequenas comunidades ou povoados rurais e praticando a comercialização para o abastecimento dos mercados locais.

Em 1948, com a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em Minas Gerais, pela primeira vez, as políticas públicas foram inseridas em ações da extensão rural e a partir de então esse modelo foi copiado pelos demais Estados brasileiros (COSTA JUNIOR, *et al.*, 2018).

É importante ressaltar que as políticas públicas já existiam e beneficiavam outros setores, mas, foi a partir da metade dos anos de 1990 que o Estado brasileiro iniciou a elaboração de um conjunto de políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Esse foi o resultado de muita luta, mobilizações e acúmulo de estudos técnicos e científicos das

organizações sociais rurais, que visualizaram as políticas públicas como ferramentas que poderiam ocasionar impactos positivos para a agricultura familiar e não mediram esforços para provar a importância socioeconômica desse segmento social (Cazella *et al.*, 2016).

Desde então as políticas públicas se tornaram fortes aliadas do setor de produção agrícola, minimizando os riscos causados pela oscilação da produção e da variação dos preços de mercado, que afetam diretamente na renda dos produtores rurais (EMBRAPA, 2018), principalmente dos agricultores familiares, que em sua maioria, não detém de tecnologias, recursos e insumos necessários para garantir a produtividade de suas áreas mediante condições ambientais adversas.

Apesar de ser comprovado cientificamente que as políticas públicas surtem efeitos positivos no setor agrícola, nem todos os (as) agricultores (as) tem acesso a esses benefícios. Os processos de desenvolvimento se iniciam com o acesso a informação e a partir dela vem o conhecimento de todos os critérios e trâmites burocráticos, que dependendo do perfil do indivíduo surge ou não a possibilidade de acessar a política pública e usufruir do que elas têm para oferecer.

Para Zhang, Wang e Duan (2016), os produtores têm uma crescente necessidade por dados e informações, que podem ser elementos facilitadores para otimizar o processo agrícola, incluindo a produtividade e a renda dos produtores rurais. O apoio a agricultura familiar por meio do acesso às políticas públicas é intimamente condicionado ao acesso a informação.

A abordagem mais eficiente sobre políticas públicas na zona rural é, sem dúvidas, através da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pois, além de passar a informação, o agente de ATER auxilia e orienta durante os trâmites necessários para o acesso, além de identificar as necessidades e peculiaridades de cada perfil.

Esse tipo de serviço pode ser fornecido de três formas para a agricultura familiar: através das empresas públicas (que em sua maioria não possuem infraestrutura e pessoal suficiente para atender a demanda), através de empresas privadas (gera um custo inacessível para a faixa de renda de famílias que vivem em áreas de baixo Índice de Desenvolvimento Humano- IDH) ou por meio de entidades não governamentais contratadas pelos Estados através de projetos com objetivos específicos. Esse último vêm sendo uma saída estratégica na prestação de serviço de assessoria técnica para garantia de acompanhamento produtivo e social do público rural.

Atualmente, no Estado do Ceará, têm-se o Projeto Paulo Freire promovendo assessoria técnica em 31 municípios do Estado do Ceará e tem como objetivo central “[...] *reduzir a pobreza e elevar o padrão de vida de agricultores familiares, através do desenvolvimento do capital social e humano e da produção sustentável para aumento da renda a partir de fontes agrícolas e não agrícolas com foco prioritário nos jovens e mulheres*”, constituindo-se assim como um importante instrumento de promoção do desenvolvimento rural sustentável com equidade e tem como uma de suas vertentes o incentivo ao acesso às políticas públicas.

Contudo já mencionado, objetivo dessa pesquisa é visualizar o perfil de acesso às políticas públicas dos (as) agricultores (as) familiares beneficiários (as) do Projeto Paulo Freire que são atendidos (as) pelo Instituto Flor do Piqui, no território do Cariri Oeste, que é

composto de 10 municípios e fica localizado no sul do Estado do Ceará, no Nordeste brasileiro.

## **2. METODOLOGIA**

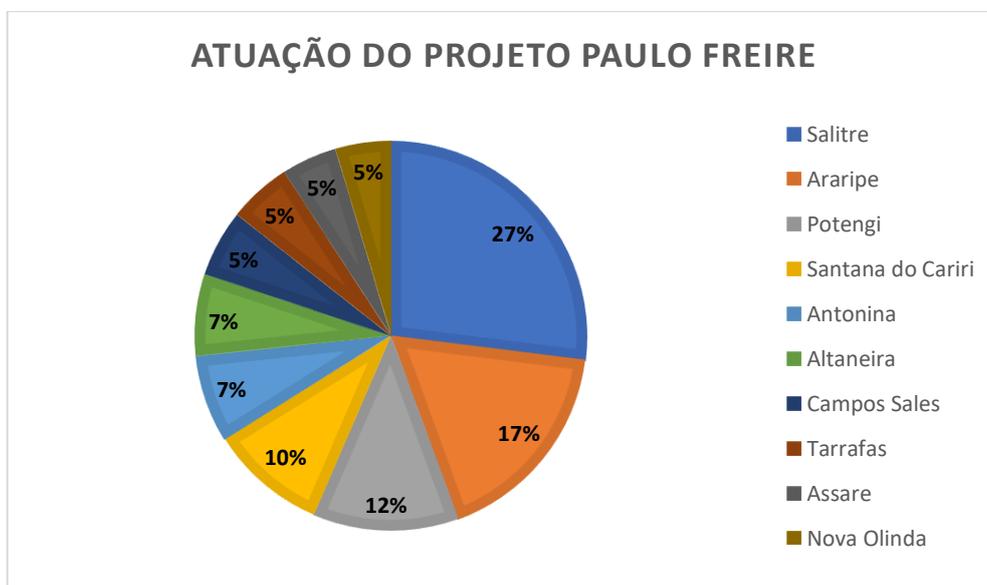
A pesquisa realizada foi de caráter qualitativo, que segundo Wolcott (2001) é interpretativa, ou seja, o pesquisador analisa os dados de um cenário para identificar temas e categorias e tirar suas conclusões sobre seu significado. Nesse caso, o atual estudo buscou entender a situação do acesso as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar no território do Cariri Oeste que é composto por 10 municípios (Nova Olinda, Altaneira, Antonina do Norte, Tarrafas, Assaré, Santana do Cariri, Potengi, Araripe, Campos Sales e Salitre) do Sul do Estado do Ceará no Nordeste brasileiro.

De acordo com a metodologia de Vergara (2000), a atual pesquisa será classificada como descritiva e explicativa. Nos âmbitos descritivo e explicativo, pretende-se apresentar as políticas públicas acessadas por mulheres, homens e jovens rurais, a partir da coleta de dados de campo e argumentar sobre os fatores que interferem para a efetividade do acesso por meio das condições territoriais.

A pesquisa consiste em uma coleta de dados de 1249 agricultores e agricultoras familiares, de 50 comunidades atendidas pelo Instituto Flor do Piqui (IFP), por meio do Projeto Paulo Freire (PPF). A ferramenta metodológica para a coleta de dados é uma planilha padrão, em formato de Excel, elaborada pela Unidade Gestora do Projeto, que foi repassada às entidades não governamentais que prestam assessoria técnica às comunidades rurais. Na planilha é possível preencher os dados pessoais dos (as) beneficiários (as), identificar a comunidade, o município, a faixa etária de idade, sexo, a quais políticas acessaram e o valor requerido através das políticas de crédito.

A seguir, a figura 1 apresenta a amostragem da pesquisa por município, que leva em consideração o número de comunidades e famílias atendidas pelo IFP dentre os municípios de atuação do PPF no território no Cariri Oeste.

**Figura 1** – Amostragem da pesquisa por município de atuação do Projeto Paulo Freire e proporcional ao número de famílias assessoradas pelo Instituto Flor do Piqui.



Fonte: Dados coletados pelo Instituto Flor do Piqui.

Vale ressaltar que, a coleta de dados por meio da amostragem levou em consideração a quantidade de comunidades atendidas pelo PPF nos municípios, que nesse caso, os municípios com maior número de famílias são Salitre e Araripe (por isso o maior número de respostas), e a disponibilidade de respostas pelas famílias, que foi maior em Antonina do Norte e Santana do Cariri, em relação às demais.

Na prática, são os agentes de assessoria técnica de campo que alimentam trimestralmente a planilha de acordo com as informações que os próprios beneficiários do Projeto Paulo Freire relatam. Buscaram-se dados relativos à quantificação do número de famílias beneficiadas por política pública e discutir a importância e os possíveis entraves que essas famílias enfrentam durante o processo burocrático necessário para efetivar o acesso as políticas públicas no Cariri Cearense.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

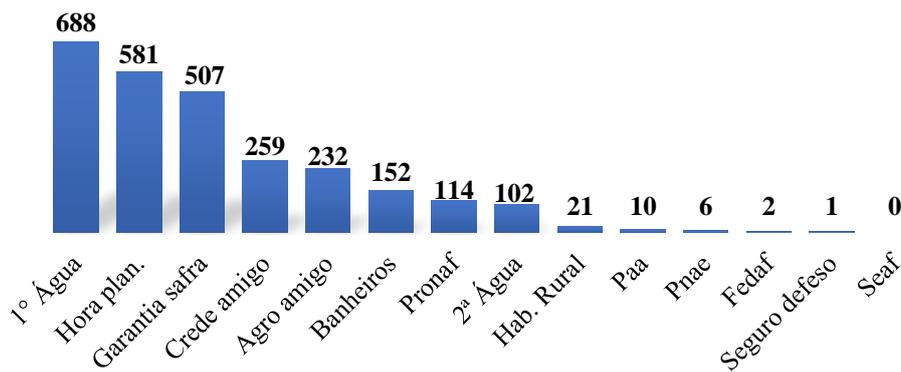
#### 3.1 O acesso as políticas públicas voltadas para agricultura familiar na Região do Cariri Oeste.

A pesquisa iniciou com uma estratificação dos entrevistados por faixa etária (idade) e sexo (feminino e masculino). Dentre os 1.249 agricultores e agricultoras familiares entrevistados, 29% são jovens com faixa etária de 18 a 29 anos (classificação segundo o Estatuto da juventude de 2013, que classifica como jovens, pessoas com idade entre 15 e 29 anos), 57% são mulheres e 43% são homens.

Esse tipo de estratificação é necessário para a análise do acesso às políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar, tendo em vista que as mulheres e os jovens camponeses, vêm tendo seu trabalho negligenciado, desvalorizado e invisibilizado. Durante as construções sociais, históricas e políticas, o processo de desenvolvimento foi fortemente influenciado por diversos fatores (gênero, classe, raça, etnia, dentre outras categorias) e o reconhecimento de novos agentes epistêmicos é fundamental pela efetivação da representatividade.

Apresentando um panorama geral das políticas que os (as) entrevistados (as) acessaram, a seguir na Figura 2 é possível observar em escala decrescente, o *ranking* da política mais acessada para a não acessada. Em primeira instancia serão discutidas as três políticas mais acessadas, tendo em vista que na média, elas beneficiam quase 50% dos entrevistados na pesquisa e se mostraram mais acessíveis.

**Figura 2** – Acesso dos entrevistados por tipo de política pública.



**Fonte:** Dados coletados pelo Instituto Flor do Piqui.

A política pública mais acessada pelos agricultores do território do Cariri Oeste foi a cisterna de primeira água (55,08%). É um programa da Rede ASA (Articulação no Semiárido) que tem como objetivo o acesso à água, que inclui o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido: um Milhão de Cisternas Rurais P1MC. Segundo Silva *et al.* (2020) o poder público teve a iniciativa financeira por meio de uma ação governamental que visa amenizar a situação crítica no que se diz respeito ao abastecimento de água no semiárido em combate à seca no Cariri por meio da implementação das cisternas.

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Governo Federal já entregou 1,2 milhão de cisternas desde 2003, promovendo a política pública de cisternas de placas para beneficiar famílias de baixa renda, tirando pessoas da extrema pobreza. Esse número e o percentual identificado nessa pesquisa são muito importantes, no entanto, a Região do Cariri enfrenta longos períodos de escassez de chuvas e na maioria dos municípios estudados, o sistema de abastecimento de água ainda não é uma realidade nas zonas rurais, o que acaba aumentando a demanda pela tecnologia social em questão.

Andrade Neto (2015) afirmou que, no semiárido brasileiro o sistema de captação e armazenamento de água de chuva em cisterna pode ser uma solução alternativa não-coletiva de abastecimento de água. O autor sugere em seu trabalho que armazenar água por meio de cisternas é uma forma simples que permite conseguir, mesmo com baixo índice pluviométrico típico da região, quantidade de água suficiente para suprir as necessidades básicas de uma família (beber e cozinhar) durante o período de escassez.

A segunda política mais acessada foi o Programa Hora de Plantar (PHP), a qual beneficiou 46,52% dos entrevistados. No estado do Ceará o programa é coordenado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário - SDA e tem vários parceiros envolvidos no processo, destacando-se a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará - EMATERCE, Instituto Agropolos do Ceará, Secretarias de Agricultura Municipais, Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Estado do Ceará - FETRAECE e seus sindicatos.

Segundo o Manual Operacional XXXII do PHP (2019), a distribuição de sementes e mudas e o conseqüente plantio pelos agricultores (as) familiares, tem contribuído, ao longo de seus 32 anos de existência, com incrementos significativos da produtividade agrícola e do aumento de suas rendas e garantia de segurança alimentar de inúmeros cearenses. Afirma ainda que, nos anos de pluviosidade normal o Estado consegue significativas produções agrícolas, suficientes para atender parte do consumo local.

Dentre o material que é distribuído pelo PHP, o milho é a semente mais esperada, tendo em vista que é uma cultura extremamente importante por ser utilizado tanto na alimentação humana quanto na alimentação animal. Segundo Silva (2005) o Cariri foi a primeira região a receber as sementes de milho híbrido, em 1999. É válido ressaltar que as sementes oferecidas pelo projeto, são de alto potencial genético e requerem um certo nível tecnológico para expressar o real valor produtivo.

Rodrigues *et al.* (2020) em seu estudo sobre o impacto do PHP sobre a sustentabilidade da produção de milho híbrido dos agricultores familiares no Cariri cearense, constataram que, os beneficiários do projeto analisado apresentaram uma diferença percentual em torno de 65% em relação aos não beneficiários, para o indicador margem bruta do milho por hectare, evidência que corroborou com o efeito positivo do PHP sobre a renda bruta familiar devido ao aumento da produção. No entanto, afirmam também que vários fatores podem interferir na probabilidade de participação de um indivíduo no PHP, dentre eles estão variáveis de localidade, característica da propriedade, forma de acesso à terra, recebimento de transferências públicas e características do agricultor.

A terceira política mais acessada foi o Garantia Safra que beneficiou 40,59% dos entrevistados. O Garantia-Safra (GS) é uma ação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) que efetua pagamentos aos pequenos agricultores em caso de perdas agrícolas. Os beneficiários do programa fazem jus ao pagamento caso o município em que residem apresente perdas superiores a 50% no conjunto das produções de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão ou outras culturas a serem definidas (SEAD, 2017).

Essa política leva em consideração os elementos agrometeorológicos nas regras de pagamento, é necessário considerar a severidade e frequência de ocorrência de eventos adversos, tendo em vista um melhor desenho financeiro do programa e a garantia de sua acessibilidade (VICTÓRIA; OLIVEIRA; QUADRA, 2019). No caso, os 10 municípios estudados têm histórico e perfil de adversidades climatológicas, principalmente pela seca, tendo em vista que a pluviosidade é mal distribuída e o período seco abrange a maior parte do ano, o que acaba influenciando na produtividade da Região do Cariri Oeste.

Os municípios estudados têm como base da economia as atividades agrícolas, os impactos econômicos do Programa na vida de agricultores e agricultoras familiares pobres e sujeitos à perda da safra podem ser observados empiricamente. Certo volume de recurso financeiro entra na economia local e, obviamente, alimenta também os mercados locais.

As inscrições de agricultores e agricultoras no Garantia Safra são dependentes da disponibilidade e funcionamento da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) ou do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR) de seus municípios. Os 10 municípios apresentam pelo menos um desses órgãos em funcionamento e com pessoal disponível para realizar essa inscrição.

A seleção dos inscritos ocorre via sistema eletrônico de gestão e operacionalização do programa, considerando os dados informados na ocasião da inscrição, que os enquadra num ranking. Esse ranking atende a critérios importantes e que fazem a diferença na inclusão de famílias de maior grau de vulnerabilidade e o papel do profissional que acompanha o processo de cadastro é determinante para o acesso. Os critérios a serem respeitados são: 1) família de menor renda per capita; 2) família sustentada somente pela mulher; 3) família com presença de portadores de necessidades especiais; 4) família não proprietária do imóvel rural (ARRUDA, 2020).

As políticas de crédito Agroamigo e Crediamigo, apesar de não estarem entre os primeiros colocados no ranking, vêm se destacando nos últimos anos pela facilitação no acesso. No entanto, mesmo com as facilidades nos trâmites burocráticos, os incentivos promovidos pela assistência técnica através do PPF, orientações de profissionais especializados nesses programas e espaços de discussão e retirada de dúvidas, ainda se observa um número reduzido de acessos, tomando como base a amostra dessa pesquisa.

Essa não superação das expectativas pode ser explicada pelo baixo poder de renda das famílias que estão em condições de pobreza e extrema pobreza, o que causa receio ao acesso por serem linhas que geram um endividamento parcelado e por consequência compromete o orçamento familiar a longo prazo. No caso do Crediamigo, mais ainda, tendo em vista que é um empréstimo coletivo e que sua quitação depende do comprometimento de cada indivíduo do grupo.

### **3.2 O acesso de mulheres e jovens as políticas públicas voltadas para agricultura familiar na Região do Cariri Oeste.**

Além da análise geral sobre as políticas mais acessadas, será aprofundada a discussão sobre as diferenças de gênero e as oportunidades de acesso pelas juventudes nesse cenário. Dentre os entrevistados 58% são mulheres e 42% são homens, como já foi mencionado anteriormente. Foi observado que as mulheres acessam mais do que os homens e isso pode ser explicado pelos reflexos do Projeto Paulo Freire por meio da assessoria técnica que prioriza as mulheres em suas ações.

Duarte (2017) analisou os efeitos do programa Agroamigo sobre os pequenos produtores rurais do Cariri Central e fez uma comparação entre um grupo de tratamento e o grupo de controle, identificando que existe maior número de mulheres entre os não beneficiários (cerca de 55,95%) do que entre os beneficiários (44,15%) e explica que, possivelmente esse resultado é baseado no poder que os homens ainda têm na maioria das tomadas de decisões acerca de adesões sobre crédito e investimentos nos domicílios agropecuários. Tal explicação não reflete sobre a realidade deste estudo e acredita-se que a assessoria técnica voltada prioritariamente para as mulheres rurais, contribuíra positivamente no seu processo de empoderamento.

Entende-se, portanto, que poucas são as comunidades rurais que são beneficiadas com uma assistência técnica especializada e que os efeitos positivos demonstrados nesse estudo, infelizmente não contempla a realidade da maioria. A luta pela equidade de gênero é constante e deve ser pautada nos mais diversos espaços. Lima (2017) nos ajuda a compreender a participação de mulheres nos espaços públicos, nos dizendo que “as representações sociais dirigidas ao feminino, ainda hoje, são marcadas por valores que visam inferiorizar, subjugar e silenciar as possibilidades femininas - seja de conhecer, seja de exercer o poder”.

Tais distinções nos levam a compreender que esse é um dos motivos pelos quais ainda se encontram dificuldades no acesso de mulheres às políticas voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar e a própria sociedade historicamente construiu os juízos do que é papel do homem e da mulher, como por exemplo, a própria divisão sexual do trabalho, que estabelece uma clara inferiorização do trabalho feminino frente ao trabalho masculino.

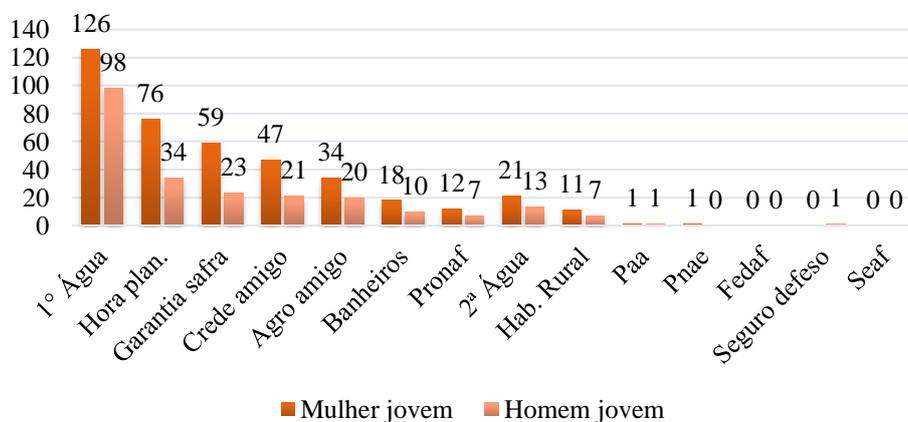
Baseado nesse cenário Siliprandi (2015) afirmou que mesmo lidando com todos esses fatores negativos, as mulheres são produtoras de alimentos em todo o mundo e têm importância central nos sistemas agroalimentares. O que fortalece as mobilizações de incentivo a criação de mais políticas para mulheres e que, de fato, atendam suas necessidades e se encaixem nas suas realidades singulares.

Outro grupo que é negligenciado no campo são as juventudes que para Castro *et al.* (2009) o (a) jovem camponês “[...] carrega o peso de uma posição hierárquica de subalternidade, ou seja, uma categoria percebida como inferior nas relações de hierarquia estabelecidas na família, bem como na sociedade”. Essa posição hierárquica influencia

fortemente no processo de decisão de qual membro familiar assume o papel de titularidade no trâmite de acesso às políticas públicas. Isso cria a falsa impressão de que o público jovem, se não assumir o papel de chefe de família, não é enxergado como indivíduo com responsabilidade para gerar capital produtivo e financeiro.

É possível observar que dentre os 1.249 agricultores entrevistados, 362 são jovens, dentre eles 60% são mulheres e 40% são homens. A Figura 3 apresenta as políticas públicas acessadas pelas juventudes. Uma das explicações para esses jovens estarem sendo visualizados nesse estudo, pode ser porque um dos objetivos do Projeto Paulo Freire é a inclusão e priorização de jovens, por meio de assistência individualizada e momentos de formação coletivos que possibilitaram discussões sobre a luta pelos direitos. Os jovens foram estimulados a ocuparem os diversos espaços de oportunidade de melhoria da qualidade de vida.

**Figura 3** – Políticas Públicas acessadas pelas juventudes.



**Fonte:** Dados coletados pelo Instituto Flor do Piqui.

As mulheres jovens, acessam mais políticas públicas do que os homens jovens e isso pode ser explicado pela capacidade de sensibilização da nova geração de buscar por melhores condições de vida no campo e por serem estimuladas pelo PPF em dobro, por ser mulher e por ser jovem. Além disso possuem uma maior sensibilidade e desenvoltura para lidar com as documentações e burocracias envolvidas nos processos de acesso as políticas públicas, assumindo o papel de protagonistas quando são incentivadas e assistidas.

As políticas mais acessadas pelas juventudes foram Cisterna de primeira água, Programa Hora de Plantar e Garantia Safra, seguindo o mesmo cenário da análise geral. Vale ressaltar, que apesar de serem as mais acessadas, os números observados nesse estudo ainda são considerados baixos. Cada política apresenta um trâmite com critérios que traçam o perfil do beneficiário e um dos mais observados é se o jovem é chefe de família, ou seja, a probabilidade de acesso do jovem a determinadas políticas é condicionada ao seu estado civil.

#### 4. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES

As políticas públicas mais acessadas pelos (as) agricultores (as) familiares beneficiários (as) do Projeto Paulo Freire que são atendidos (as) pelo Instituto Flor do Piqui, no território do Cariri Oeste são Cisterna de primeira água, Programa Hora de Plantar e Garantia Safra.

A maior acessibilidade as políticas de Cisterna de primeira água, Programa Hora de Plantar e Garantia Safra, está intimamente relacionada a uma boa convivência com as condições climáticas do território do Cariri Oeste. Essas políticas são essenciais para minimizar os riscos de produção por ocasião das adversidades climáticas, o que traz mais segurança aos (as) agricultores (as) familiares.

As políticas mais acessadas pelas juventudes seguiram o mesmo cenário do panorama geral, com Cisterna de primeira água, Programa Hora de Plantar e Garantia Safra. A partir dessa resposta é possível afirmar que são necessárias implementações de políticas públicas com foco prioritário nas juventudes, pois, a partir do incentivo de assistência técnica elas conheceram seus direitos e puderam acessar as políticas disponíveis, no entanto, existem especificidades que devem ser levadas em consideração para o atendimento efetivo desse público.

As mulheres jovens e adultas atendidas pelo Projeto Paulo Freire foram protagonistas no acesso às políticas públicas, quebrando tabus sociais de inferiorização da participatividade da mulher do campo no desenvolvimento de atividades agrícolas. A luta pelos direitos é contínua e necessária em todos os espaços de discussão e a resposta positiva das ações do Projeto Paulo Freire sobre o incentivo ao acesso às políticas públicas de desenvolvimento agrícola foram comprovadas neste estudo.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE NETO, C. O. Aspectos sociais, tecnológicos e sanitários dos avanços e desafios do uso da água de chuva no setor rural. *In: SANTOS, D. B. et al. (Org.). Captação, manejo e uso de água de chuva*. Campina Grande: INSA, 2015. p. 273-292.

ARRUDA, M. P. G. **Entre o alívio à pobreza e o desenvolvimento rural: ideias e paradigmas do Programa Garantia Safra**, Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (MADER), Universidade de Brasília Faculdade de Planaltina, Brasília 2020.

CASTRO, E. G. et. Al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Sereopédica; EDUR, 2009.

CAZELLA, A. A.; CAPELLESSO, A. J.; MEDEIROS, M.; TECCHIO, A.; SENCÉBÉ, Y.; e BÚRIGO, F. L. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social**. Política & Sociedade, periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSC, volume 15, edição publicada em 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

DUARTE, S. P. S. (2017). **Efeitos do programa Agroamigo sobre os pequenos produtores rurais do Cariri cearense** (Dissertação de mestrado). Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (2018). **Visão 2030: o futuro da agricultura brasileira**. Brasília: EMBRAPA.

EXTRATO PROPOSTA. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. SICONV. 2011**. Disponível em: < <https://idp.convenios.gov.br/idp/>>.

LIMA, Josélia – **O poder masculino na esfera da universidade pública**. In. Rev: Universidade e Sociedade. Ano XXVI, n.60. Julho de 2017, Brasil.

**Manual Operacional do Programa Hora de Plantar**. Acesso em 26 de janeiro de 2021. Disponível em [https://www.sda.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/60/2018/10/manual\\_hora\\_de\\_plantar.pdf](https://www.sda.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/60/2018/10/manual_hora_de_plantar.pdf).

RODRIGUES, A. S., Khan, A. S., Lima, P. V. P. S., & Sousa, E. P. (2020). **Impacto do Projeto Hora de Plantar sobre a sustentabilidade da produção de milho híbrido dos agricultores familiares no Cariri cearense.** Revista de Economia e Sociologia Rural, 58(2), e197622. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.197622>

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SILIPRANDI, E. Mulheres e Agroecologia – **Transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352p.

SILVA, A. G. F. da; LEITE, I. S. de F.; BARRETO, L. K. da S.; DORNELAS, C. S. M.; SILVA, J. D. da. **A tecnologia social de cisternas de placas e seus processos de implantação no município de Sumé-PB.** COLÓQUIO – Revista do Desenvolvimento Regional - Faccat - Taquara/RS - v. 17, n. 3, jul./set. 2020.

SILVA, D. M. F. (2005). **Avaliação do programa do milho híbrido no Estado do Ceará: aspectos competitivos, tecnológicos e seus determinantes, geração de emprego e renda** (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

SILVA, M. G. da; DIAS, M. M.; SILVA, S. P. **Relações e estratégias de (des) envolvimento rural: políticas públicas, agricultura familiar e dinâmicas locais no município de Espera Feliz (MG).** Rev. Econ. Sociol. Rural vol.52 no.2 Brasília Apr./June 2014.

SEAD, S. E. DE A. F. E DO D. A. **Plano Safra da Agricultura Familiar: 2017 - 2020**, 2017. Disponível em: <[http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_img\\_1684/3Baixa\\_Cartilha\\_Plano\\_Safra\\_2017.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_img_1684/3Baixa_Cartilha_Plano_Safra_2017.pdf)>. Acesso em: 05 fev. 2021.

VICTORIA, D. de C.; OLIVEIRA, A. F. de; CUADRA, S. V. **Relação entre acionamentos do garantia-safra, precipitação e índices de vegetação.** In: Congresso Brasileiro De Agrometeorologia, 21., 2019, Catalão. Anais. p. 806-815. Catalão: CBAGRO: UFGO, 2019.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisa em administração. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

ZHANG, Y.; WANG, L.; DUAN, Y. Agricultural information dissemination using ICTs: a review and analysis of information dissemination models in China. **Information Processing in Agriculture**, v. 3, n. 1, p. 17-29, 2016.